



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Acta n.º 13

Ao vigésimo segundo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de nove de Fevereiro e Aditamento de dezassete de Fevereiro de 2011, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 18/11/2010; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do projecto de alteração e aditamento ao Regulamento de cemitérios municipais de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ durante o ano de 2010, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

ADITAMENTO: -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da reversão, para o município de Albufeira, de parte do direito de superfície constituído a favor do "Imortal Desportivo Clube" respeitante ao prédio sito nos Calijos, freguesia e concelho de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5ª/2002 de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da aquisição pelo município de Albufeira, do Pavilhão Desportivo do "Imortal Desportivo Clube", situado na Rua do Ténis, Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5ª/2002 de 11 de Janeiro; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para o ano 2011, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Laje e Lisboa (Membro suplente PSD), Sara Luisa Ascensão Marques Carvela (Membro suplente PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD),



Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Luis Manuel Gomes Fernandes (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Paulo Alexandre Marcelino Vieira Xufre (Membro Suplente (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Vice-Presidente da Câmara, José Carlos Martins Rolo em substituição do Presidente da Câmara Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pifaro (21:50h) e em regime de não permanência, a Vereadora Francelina da Luz Rodrigues Lourenço. -----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS) e Maria do Rosário Calvino Charrua (BE). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Vitor Clemente da Silva, Florbela Caixinha e Luis Reis, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Luis Fernandes e Paulo Xufre. -----

Havendo quórum (vinte e cinco presenças), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Manuel Maria Damas Fernandes - "Boa noite a todos. É a primeira vez que cá venho, vou ser muito conciso, aliás, estou farto de retóricas. Problema de animais em Albufeira quem percorre as ruas de Albufeira, como eu percorro, a partir das sete da manhã, vê-se dejectos em toda a parte, especialmente na parte que é nosso cartão-de-visita, o nosso ex-libris, que é a praia. E acrescentando aos animais, já várias vezes, andando nas estradas de Albufeira, encontro cavalos e burros, nomeadamente ao pé da Cantina Social dei com um cavalo que estava ali à vontade. Segundo, estacionamento. Refiro-me à minha rua, a Rua António Aleixo. Muitas vezes quero passar mas não consigo e tenho de vir para a estrada. Já pedi a intervenção à GNR, mandaram-me telefonar ao Comando de Intervenção Territorial do Algarve. Terceiro ponto, o mais grave. No ano passado houve alguém que me pediu para fazer uma carta por causa de uns fumos de um restaurante que entravam na casa onde essa pessoa vive. Escrevi a carta para a ASAE, a ASAE notificou a Câmara, a Câmara foi lá, viu o que se tinha passado e deu pelo facto de a casa nem sequer ter licença e está aberta há anos. A



partir daí fui ameaçado, "que eu devia-me meter nos meus problemas e não nos problemas dos outros". E conversando com outras pessoas, vi que há medo, em Albufeira, das pessoas se expressarem, de virem aqui à Câmara exporem os seus problemas. É grave! Já uma vez disse ao Sr. Rolo que havia um amigo meu, Carvalhal Castilho, não tenho medo de dizer os nomes, que tinha medo de vir reclamar do barulho que fazem à porta dele, porque tinha medo de represálias, que não lhe aprovassem o que tinha aqui na Câmara Municipal de Albufeira para ser aprovado. E eu fui ameaçado por esse senhor, que não tenho medo de dizer o nome, Sr. Vitorino, que tem uma casa ao lado do antigo "Topázio" que me disse "mete-te na tua vida e não na vida dos outros". Estou a ter receio. Não tenho ambições políticas, quero é viver uma vida saudável, em paz, para o resto da minha vida em Albufeira. Estou a medo! Por agora é tudo, espero que tenham em consideração aquilo que eu disse. Mas estou com um certo receio, e nunca tive medo após o "25 de Abril".

Marina Poupá - "Boa noite aos presentes. Trago aqui três questões. Uma é os incómodos ciganos que continuam a ser vizinhos do terminal rodoviário. Nós pagamos impostos e eles têm o rendimento mínimo e ainda usufruem de coisas sem pagar nada. Em que país estamos? E não me venham com a história " Nós não somos os proprietários", mas têm a obrigação de fazer a gestão do território e de interagir com os donos dos terrenos. Aquilo torna-se insalubre. Eu já tenho tido necessidade de ir à casa de banho do terminal e está imundo por causa deles, se não vier prevenida nem sequer há papel higiénico, eles sonegam tudo. Eles provocam muito mau ambiente no "Panito Moio" porque não há higiene. As pessoas chegam ao ponto de terem nojo de comer ali. Portanto, a Câmara não é dona daquele terreno mas tem a obrigação de zelar e de interagir com os donos, porque eles não têm direito nenhum de estar ali. Se eu for para o que não é meu, mandam-me logo embora, mas eles têm direito a tudo e nós temos de os aturar. Não pode ser! Ainda mais que, aquele é o ponto de chegada do turismo e dá muito má imagem ao município. E sem falar de que, quando acaba a feira, ficam os feirantes ali estacionados, sem pagar nada, uma série de tempo, como aconteceu este ano. A Câmara tem que ter isso em linha de conta. Saem de um lado sem pagar nada, vão para outro e continuam sem pagar nada e têm negócios paralelos que fazem muito mal. Há crianças, como a minha filha, que todos os dias frequentam aquele local e ingenuamente querem sossego, não querem ser interpeladas a pedirem dinheiro, a pedirem comida, a terem de aturar certos odores. Isso é muito mau. Para a imagem do município é terrível! Não é questão de racismo, nem xenofobia, antes pelo contrário, é questão de civismo. E já que Albufeira vive da imagem, como toda a gente apregoa, não nos temos de preocupar só com rotundas pagas a peso de ouro e outras vaidades, temos de nos preocupar com pontos estratégicos e nevralgicos e este é um deles. É uma questão de segurança também. Segurança, economia e imagem. Outro ponto. Eu, e após muitos anos, nos quais contactei vários órgãos autárquicos, vejo a ASAE tirar um cancro de Albufeira, que se chama "Residencial Luis". Está com a actividade suspensa. Felizmente, de momento, esse cancro está extinto. Congratulo-me de dizer que fui uma das que contribuiu para isso, com todas as represálias que possam



vir para mim e para os meus. Como disse o meu colega, não tenho medo de ameaças. Eu morro pelas causas justas e os meus sempre se debateram por isso também. A honestidade e o civismo, assim não esconde isso. Fartei-me de avisar vários órgãos, ao longo de vários anos, de tudo o que se gerava ali, era escavar túneis, negócios óptimos, maravilhosos, que ele tinha e tudo mais, ninguém fez nada. Graças a Deus vai a fiscalização da ASAE, por mais que seja criticada por vezes tem atitudes que são melhores que várias quimioterapias e radioterapias, curam o cancro de uma vez. Outra questão. Moro na Rua do Atlântico, que é a rua entre o hotel Brisa Sol e o Modelo. Moro lá recentemente, desde Novembro. Hoje estive lá o administrador do meu prédio, Sr. Álvaro, e eu sugeri-lhe que dissesse à Câmara para cortar algumas das árvores que ali estão, porque parece um bosque. Agora nem tanto, porque estão todas despidas devido à época. Na Primavera, torna-se ensurdecador e cheio de dejectos, por causa dos pássaros. Andar na rua e ser atingidos pelos dejectos, não é nada agradável. Entretanto ele disse-me que a Câmara já o tinha informado que não podia fazer isso porque as árvores estão protegidas. Eu gosto de ouvir os passarinhos, mas quando são de mais parecem autênticas vuvuzelas. Mais uma questão. O veterinário, o que é feito dele? No outro dia, ali perto dos bombeiros, presenciei o ataque de um cão preto a um carteiro. O pobre do homem ia na moto e o cão atrás dele. E não há ninguém que faça alguma coisa. Vim ao GAM e apresentei a situação, mas continua sem se fazer nada. Onde é que está a Protecção Civil, a Segurança? Isto está a proliferar. Eu enalteci a Câmara Municipal de Albufeira e a da minha terra, têm um aspecto em comum, homenageiam pessoas em vida e dão nomes a ruas e a instituições, como foi o caso da Rua Sir Cliff Richard e da Biblioteca Lídia Jorge. Eu enalteci isso na Câmara Municipal de Lisboa porque tive de telefonar para lá, a opor-me à proposta que está na mesa deles, de colocar o nome Carlos Castro a uma rua. Alguns vão condenar-me, outros vão elogiar-me, mas opus-me por opção e eles disseram-me que não era a única e que não colocam nomes de pessoas vivas a localidades. Eu opus-me também, porque enquanto sou viva é que devem valorizar-me ou dizerem mal de mim, porque depois já não sinto nada. E eu disse que a Câmara Municipal de Albufeira fazia isso e eles ficaram muito admirados. Obrigada." -----

Carlos Ventura - "Boa noite a todos os presentes. Penso que vivemos numa sociedade de encosto, onde estamos à espera um dos outros, de forma que não temos privilégios, nem queremos os deveres e os direitos. Eu, presentemente, estou a ajudar na Cantina de Solidariedade, onde também está o Sr. Helder, que vejo a lavar panelas e a esforçar-se. Aos deputados presentes, os senhores que fazem política, os senhores que devem saber o que se passa na nossa terra, não os vejo lá! Pelo menos para ver o que se passa na nossa terra. Já são duzentas e tal pessoas que vão lá comer. Eu penso que o trabalho de política aqui na minha terra está aqui e além. Vós deputados, dêem lá um salto para verem a necessidade das pessoas e verem o compromisso que a Câmara teve, por intermédio do Sr. Helder. Penso que é um trabalho importante. Eu penso que a sociedade devia ser diferente. Infelizmente não é, e então, temos de ajudar-nos uns aos outros. Tentar ajudar. Evidentemente que estou contra o que se passou na minha



terra. Estou contra o que me fizeram, toda a gente sabe. Para finalizar, a caça à multa em Albufeira. Eu pus o meu carro num sítio que não incomoda, espero que o Vereador Quintino tome nota, é um sítio que pode ser preparado para estacionamento na medida em que é uma rua fechada com ligação de duas ruas fechadas. As pessoas não podem vir para esta terra e fazerem tudo o que querem. Nós estamos aqui, temos uns certos direitos, mas não temos de estar a prejudicar as pessoas, como é o caso de pôr os carros em cima do passeio. Penso que deveria haver comunicação entre a Câmara e a GNR para evitar certas zonas, para que certos problemas e certas multas não devam existir. É tudo. Obrigado." -----

Manuel Maria Damas Fernandes - "É sobre as casas de banho do mercado dos Caligos. Também vem no guia turístico de Albufeira. Não sei se alguém sabe, na entrada para o mercado há uma casa de banho. Quando chega às nove horas, está imunda. Não há mais nenhuma. Para tirar dúvidas perguntei à Polícia Municipal "Estou com problemas, posso ir à casa de banho." Responderam-me para ir à Rodoviária. Pergunto ao Sr. Presidente: Onde é que toda aquela gente que lá pernoita vai fazer as suas necessidades fisiológicas? À minha casa não vão! Já levantei este problema em sessão de Câmara, duas vezes e nada. Sou obrigado a recorrer a pessoas estrangeiras, ou repes, que vão pressionar a Câmara, para que resolvam o problema. Porque é que hei-de falar com pessoas estrangeiras para resolverem o problema, na minha segunda terra? Eu sou do Montijo. Uma coisa que vem no guia turístico de Albufeira, há uma casa de banho, para as pessoas fazerem as necessidades. Mais uma questão: a avó da minha primeira mulher, já faleceu, foi a parteira de Albufeira, mulher de um valor incalculável. Quem tiver a minha idade, deve ter ouvido. Foi a parteira de 90% das pessoas de Albufeira. Não foi reconhecido valor a essa mulher. Naquela altura, o Dr. Serra, o Dr. Calaga, o Dr. Freitas, mandavam lá as pessoas. Não havia mais ninguém e o seu valor nunca foi reconhecido." -----

Vice-Presidente da Câmara - "Vou responder de uma forma genérica a todas as questões apresentadas. As questões levantadas pelo do Sr. Damas, pela Sra. Marina e Sr. Ventura, são registadas e algumas das questões terão solução, obviamente, mas outras, não será tão fácil. Quero lembrar ao Sr. Damas que, realmente é grave, se as pessoas têm receio de vir à Câmara de Albufeira falar com medo de represálias. Eu já disse que, deve dizer a essa pessoa, que tem medo de vir à Câmara de Albufeira, não sei com quem vinha falar, se comigo ou não, que ninguém lhe fará mal, com certeza, nem ninguém utilizará represálias. Eu pelo menos não o farei e penso que outros também não. Penso que é uma suspeição que se cria e fica no ar e que não é nada assim. Já me tinha dito em reunião de Câmara e eu já lhe tinha dito o mesmo que estou a dizer agora. Relativamente às outras questões, ficou tudo registado e os vereadores aqui presentes tomaram as devidas notas de acordo com as suas áreas de intervenção, para que sejam ultrapassadas." -----

Manuel Fernandes - "Nessa sessão de Câmara que eu disse que a pessoa tinha medo que o seu projecto, que tinha dado entrada na Câmara, fosse reprovado por causa da sua intervenção, devido ao barulho que há sete anos esse desgraçado está a sofrer. O



meu foi resolvido. Um louvor à GNR que foram inexcedíveis na solução desse problema. O Manuel Castilho não estava ao meu lado quando eu levantei o problema, e a Câmara não desmentiu. E em relação a esse Senhor que vive ao lado do Topázio, eu digo o nome e não tenho medo de vir aqui e se for necessário ir para o Ministério Público, vou. Tenho mais pessoas a quererem que eu escreva cartas, mas eu não quero mais problemas porque tenho um certo receio. Tenho cinco filhos, tenho dois netos. Não preciso da Câmara para nada, não preciso de emprego, nem os meus filhos. Porque é isso que está subjacente ao medo que as pessoas têm. Pela conjuntura que há em Albufeira, a falta de emprego, têm medo de expressar as suas opiniões com medo que lhes falte emprego em Albufeira. Não tenha dúvidas de que é isso. Depois do 25 de Abril, nunca pensei que houvesse medo de expressar as suas opiniões, fosse aqui ou noutro lado qualquer. Agradeço imenso.” -----

Presidente da Assembleia - “Sobre isso que falou. Não costumo intervir na parte do público, mas todas as pessoas, dentro da sua liberdade, terão toda a liberdade de ter medo. Eu devo dizer que, enquanto eu estiver aqui e com esta Assembleia Municipal, não há razões nenhuma, seja para quem for em Albufeira, de ter receio de expressar livremente as suas opiniões. Serão sempre bem vindas e de toda a gente em Albufeira. Eu não tive, esta Assembleia não teve, até hoje, conhecimento de alguma situação de represália da Câmara, venha ela de onde vier. Nós aqui nesta Assembleia, estamos aqui várias cores partidárias, eu estou aqui pela terceira vez eleito e até hoje, a este momento, não tenho elementos que me permitam poder, nem que seja na forma indiciária, concluir que há razões de receio ou que há represálias da Câmara Municipal de Albufeira por as pessoas expressarem livremente as suas opiniões. Aliás, eu próprio, sou um cultor da diversidade de opinião. Eu aprecio imenso a diversidade de opinião; tenho as minhas, mas respeito as ideias dos outros. E penso que isso é que é a democracia. Se em Albufeira, há alguém que tem medo, eu só posso dizer que tem toda a liberdade de ter medo, mas só tem se quiser, dentro da sua liberdade, porque não há razões objectivas para alguém ter medo, em Albufeira, de expressar as suas opiniões e de ter medo dentro da Câmara. Não pode acontecer neste município, é completamente contrário à nossa cultura democrática. Repito, a Assembleia Municipal está aqui, e a Câmara do que eu sei até hoje, nunca o fez e objectivamente. Não tenho um caso, em oito anos, em que alguém se tenha queixado de alguma represália da Câmara por ter expressado as suas opiniões. Se houver algum fundamento para isso, as portas da Assembleia estão abertas a semana inteira, os nossos serviços funcionam, ao fundo ao lado esquerdo deste corredor. Estamos perfeitamente tranquilos para se prestar se assim acontecer algum dia, necessária acção nos sentidos punitivo e preventivo, para que isso não possa acontecer em Albufeira.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia encerra o período do público e passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. Toda a correspondência fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----



Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta proposta deliberativa relativamente à Via do Infante (doc.1). -----

Assembleia Municipal de Albufeira
22-II-2011

A nossa Constituição define a República Portuguesa como um Estado de direito democrático (Art. 2º), determinando como tarca fundamental do Estado garantir o respeito pelos princípios do Estado de direito (alínea b) do Art. 9º).

O conceito de estado democrático está associado ao conceito de estado de direito, ou seja, em que todos estão sujeitos à lei existente, quer os cidadãos, quer os eleitos políticos. Nesta ordem de princípios, a lei só deverá regular para o futuro e não deve poder ter efeitos retroactivos, porque se houver essa possibilidade, abre – se a porta ao desrespeito da lei, e pouco distinguirá uma democracia de uma ditadura. Nesta, o ditador dita as suas próprias regras como quer e quando quer, não necessitando de se sujeitar à lei existente, porque ele é a própria lei, fazendo-a como e quando quer, sem qualquer respeito pelas leis pré - existentes.

Ainda no campo dos princípios, foi para se evitarem os abusos de quem governa, que surge a separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, de forma a garantir que os governantes estivessem submetidos à lei, despojando – os também da sua feitura e aplicação coerciva.

Quando se relativizam princípios, como acontece no nosso Estado actual, em que ao governo é dada a faculdade de legislar, em que a não retroactividade da lei só vem expressamente consignada quanto à lei penal, em que o papel de fiscalização do governo pelo parlamento se encontra esbatido pela falta de independência dos deputados, em relação ao governo, eleitos pela força política donde este emana, teremos algumas razões para considerar que o nosso sistema democrático padece de males que lhe retiram credibilidade, porque os princípios estão viciados logo à partida.

Ora, todos sabemos e aceitamos que a sociedade não é perfeita e se ninguém faz tal exigência por um lado, por outro, não se deve consentir uma sociedade sem princípios.

Isto tudo vem a propósito do que se fala em relação à introdução de portagens na Via do Infante.

[Handwritten signature]



Foi no tempo do Governo do Prof. Aníbal Cavaco Silva que se realizou um velho sonho algarvio da ponte sobre o Guadiana e na mesma altura se fez uma estrada em alternativa à EN 125, daquela ponte até ao concelho de Albufeira, inclusive, a que se chamou Via do Infante por estar prevista ir até final do barlavento algarvio.

A realização desta estrada na sua maior parte, na época daquele governo, foi à custa do orçamento do estado e de fundos europeus. Este investimento, naturalmente, foi uma opção estruturante para a região em prejuízo de outros investimentos possíveis e necessários ao Algarve, que não foram feitos.

Trata-se de uma estrada. Não é uma auto – estrada.

Se lhe foram dadas algumas semelhanças com auto – estrada, designadamente a sua vedação, foi sábia e precisamente para evitar que se transformasse numa nova EN 125 com imensa construção ao longo da mesma.

Já algum Algarvio se manifestou contra as portagens da auto – estrada de Lisboa – Algarve? Que se saiba, nenhum.

Porque razão é que os Algarvios não aceitam que se introduzam portagens na Via do Infante? O Povo tem consciência da Justiça ou Injustiça e sabe muito bem o que é correcto ou incorrecto.

Se o governo do Prof. Cavaco Silva tomou a opção de fazer esta estrada, foi por a considerar uma estrutura essencial ao desenvolvimento da região e em alternativa a uma mortífera EN 125, cuja perigosidade e dificuldade de circulação era do conhecimento geral, pouco abonatória de uma região cuja actividade principal consiste em receber pessoas. Ninguém se sente bem a ser convidado para regiões incómodas e mortíferas, tenham elas a natureza que tiverem e o próprio anfitrião também não está à vontade para fazer o convite.

É correcto que cerca de duas décadas depois, os novos governantes, possam desrespeitar as situações então executadas e estabelecidas pelos seus antecessores? Só numa ausência de respeito pelos seus antecessores

2
/



e por aqueles a quem se destinou o acto praticado, numa clara violação do princípios do Estado de direito.

Aliás, a falta de respeito é maior. Os governantes actuais desrespeitam -- se a si próprios, dizendo agora ser mentira, o que o mesmo Estado Democrático, disse há anos, que era verdade.

Ora, um Estado que mente, um Estado que nem sequer tem respeito por si próprio, não pode ser credor de respeito pelos outros, o que sendo lamentável é inaceitável.

O desrespeito de uns princípios democráticos e pelo Estado de Direito, numa atitude ditatorial, leva ao desrespeito de outros. O mal é começar...

Uma das outras regras da administração pública, quando no âmbito da sua liberdade, decide de forma discricionária, é a obrigação de justificar o seu acto.

A fraca justificação apresentada baseia -- se na afirmação do princípio do utilizador pagador, que não vale no caso presente como já se demonstrou supra, pois que se assim fosse, da mesma forma deveriam ser introduzidas portagens em todas as outras estradas antigas, fossem elas rurais e que só servem populações restritas, ou cosmopolitas como será a marginal para Cascais.

Contrariamente ao que seria exigível não existe justificação, nem ponderação sequer, em termos de conhecimento público, entre o impacto positivo que essa introdução de portagens possa ter em termos de receitas e o impacto negativo que possa resultar em termos de destino turístico com um agravamento de custos na circulação da Via do Infante, que naturalmente canalizará tráfego para a EN 125, o que encerra em si mesmo um potencial de aumento de acidentes, dificuldade acrescida de circulação, maior gasto de combustível com o que isso representa de negativo em termos de impacto ambiental, etc..

Bastará um acidente mortal na EN 125 para que se ponha em causa a introdução de portagens na Via do Infante, para que a causalidade do mesmo, possa ter a ver com a introdução de portagens na Via do Infante.

Este breve enunciado de razões, são suficientes para que esta Assembleia Municipal de Albufeira se deva pronunciar.


3/1



Assim, proponho que a Assembleia Municipal de Albufeira declare:

1. manifestar a posição de total discordância com a introdução de portagens na Via do Infante;
2. a sua indignação com o desrespeito manifesto, que essa anunciada medida constitui para o Estado do Direito Democrático.
3. a sua oposição à falta de sensibilidade do poder central, com uma medida ferida de miopia política, que apenas vê o lado imediato da receita, sem cuidar de a comparar com o impacto negativo que a mesma faça incorrer a economia local e assim, a poder justificar, como é sua obrigação.

O Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira


Carlos Silva e Sousa

O Presidente da Assembleia coloca a sua proposta a discussão. -----
Cristina Pinto - "Isto é mais um desabado, porque há dias em que nós não devíamos ouvir as notícias. Logo pela manhã ouvi uma notícia que me deixou chocada. Foi o facto de, o Governo ter permitido que a TAP não efectuasse cortes nos vencimentos dos



funcionários. E a TAP foi mais longe, prometeu poupar não sei quantos milhões. A economia não é a minha área, não percebo como é que até aqui se gasta tanto e agora se consegue poupar. Agora, ao jantar, ouvi outra notícia que também gostaria de não ter ouvido. Foi que a REN admitiu oito novos administradores, sendo que a administradora de Marketing vai ganhar oito mil e quinhentos euros, acima do vencimento do Presidente da República. No seguimento do que o Sr. Presidente disse, de que toda a gente é livre de expressar as suas opiniões, eu também desejo manifestar publicamente o meu desagrado pelo actual estado do país, recordar que, com dois anos de interrupção, e se não me falham as contas, o país é governado há catorze anos pelo Partido Socialista. Eu, por acaso não sou de muito boa memória, mas algumas ficam-me na memória e sendo que a palavra mais ouvida ultimamente, foi feito um estudo, tem sido a palavra "corte", por acaso ainda não ouvi o Ex-presidente da República vir lembrar o Governo, que há vida para além do défice. Lembro-me quando o Dr. Dorão Barroso foi para o Governo, falava do défice, estava uma desgraça, aí Jesus que o país estava de tanga, não se podia fazer aquela afirmação porque havia vida para além do défice. Seguidamente, também constato a incompetência de certos governantes e de outras pessoas com altos cargos na nação, nomeadamente o Dr. Vitor Constâncio, que foi perfeitamente incompetente para detectar os problemas do BPP e BPN, que levaram a que o dinheiro dos contribuintes estivesse a ser injectado num dos bancos, o BPN acho, e depois foi promovido. Eu lamento, profundamente, a solidariedade do Governo dos Açores, que também não cortou. Eu, como funcionária pública, pensava que os cortes eram para todos. Afinal, há uns que são mais portugueses que outros. O Governo regional decidiu não efectuar cortes e o Governo da Nação concordou, até parece que tem dinheiro para distribuir. Eu acho que é uma falta de solidariedade, porque se há dinheiro para distribuir, é porque sobrou e, eventualmente, terá sido do dinheiro de todos os portugueses e não apenas do dos Açores. Finalmente, é de lamentar os erros informáticos durante as últimas eleições e recordar que durante o curto espaço de tempo em que o Dr. Santana Lopes esteve no Governo, houve um erro informático na colocação dos professores, devem estar lembrados, na altura nem sequer tinha sido investido milhões no plano tecnológico e o Senhor foi um incompetente. Agora, aconteceram erros informáticos e pelos vistos, tudo resumido, chega-se à conclusão que apenas um Senhor se esqueceu de enviar cartas. Para terminar, quero apenas lembrar, não haverá mais incompetências, sendo que em Setembro/Outubro de 2008 o Ministro das Finanças informou que a crise ia terminar, no ano a seguir ouve aumentos de 2,9%, em Maio de 2010 aumentaram os impostos, estava tudo resolvido, afinal, três/quatro meses depois, isto está uma desgraça e há cortes por todo o lado. Termino utilizando as palavras do Sr. Presidente "e o Estado não mente".

Presidente da Assembleia – "Esta proposta deliberativa, fui verificar, e para ser discutida carece de ser previamente admitida. Portanto, colocaria a votação a sua admissão."



VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Votos Contra: zero (00)

Abstenções: zero (00)

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Paulo Xufre, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.

Ausências: zero (00)

A proposta é admitida

Carlos Lima - "A intervenção que queria fazer não é tanto sobre a política portuguesa e a local, porque sobre isso, na última Assembleia já deixei mais ou menos vincada a minha posição, mas não queria de deixar de referir, é com alguma piada que eu ouço algumas intervenções, como a que ouvi agora da Cristina Pinto, a referir que entraram mais alguns administradores para a REN a ganhar mais do que o Senhor Presidente da República, e se realmente é verdade, só é pena que, na semana passada na Assembleia da República o PSD e o PS tivessem reprovado a proposta que é precisamente a favor desta, que nenhum administrador ganhasse mais do que o Presidente da República. Portanto, vir agora aqui a dizer, a não ser que seja fora do partido, como eu às vezes também falo, que tenha falado por ela e não pelo PSD, porque como está a dizer, está a mandar um recado para o PSD, que para a próxima vez aprove, para não permitir que os administradores, nesta altura de crise, continuem a ganhar o que estão a ganhar. Embora, a política nacional e a local, mereçam o meu respeito, acho que estamos sempre a falar do mesmo e a falar de pouca política. Estamos mais a falar de jogos de interesses e saídas para a crise que cada vez mais agrava a crise. Eu acho que nesta altura, que se está a passar a nível político uma coisa muito mais importante, muito mais grave e se calhar com umas proporções maiores a nível nacional, que é o que se está a passar nos países árabes. Todos temos visto, pela primeira vez, os povos daqueles países a levantarem-se contra os ditadores, e a tentarem ter aquilo que nós, felizmente, já temos há bastantes anos, que é a liberdade de expressão e, podermos, sem medos, dizer aquilo que sentimos. Portanto, a minha intervenção é no sentido da apresentação de uma proposta nesse sentido e passo a ler (doc.2).
Gostava que esta proposta fosse votada. O que se está a passar neste momento não nos deve deixar indiferentes, porque o que se passar naqueles países vai ditar o futuro de todos nós nos próximos anos. É a convicção que eu tenho."



PROPOSTA

Proposta ~~foi~~ ^{foi} ~~apresentada~~ ^{apresentada} ~~em~~ ^{em} ~~virtude~~ ^{virtude} ~~de~~ ^{de} ~~um~~ ^{um} ~~voto~~ ^{voto} ~~de~~ ^{de} ~~protesto~~ ^{de protesto} em memória das vítimas dos confrontos que ultimamente têm ocorrido nos países árabes.

Ainda hoje na Líbia ocorrem mais um massacre do povo líbio, às ordens do ditador Muammar Khaddafi.

Proposta ^{ainda} ~~foi~~ ^{foi} ~~apresentada~~ ^{apresentada} ~~em~~ ^{em} ~~virtude~~ ^{virtude} ~~de~~ ^{de} ~~um~~ ^{um} ~~voto~~ ^{voto} ~~de~~ ^{de} ~~protesto~~ ^{de protesto} contra a violência a pessoas e barbares, usado pelo poder líbio contra o seu povo.

Albufeira, 22 de Fevereiro de 2011

Carlos Lima

O Presidente da Assembleia coloca a proposta do membro Carlos Lima a admissão. ----

VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO MEMBRO CARLOS LIMA -----

Votos Contra: zero (00) -----



Abstenções: quatro (04) Paulo Freitas, Vítor Vieira, Carlos Santos e Miguel Mesquita. -
 Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Paulo Xufre, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --
 Ausências: uma (01) Ana Oliveira -----

A proposta é admitida -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia coloca a proposta sobre a Via do Infante à discussão e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Adriano Ferrão - "Boa noite a todos os presentes. Eu queria, de algum modo, reforçar o meu apreço pessoal pelo documento apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia, dado que eu penso que é da máxima importância que as autarquias do Algarve, e mesmo transversalmente, manifestem vigorosamente a sua vontade de suspender, se possível, eu penso que devem pedir já a suspensão, esta medida que é extremamente lesiva para todos os que vivem nesta região e que são as portagens da Via do Infante. Realmente, o Sr. Presidente falou da receita fácil e eu penso que é só essa medida economicista que preside na falta de sensibilidade do Governo Central, a falta de estudo de impacto económico, a médio prazo, que vai atrofiar ainda mais a actividade económica da região. O aspecto psicológico que cria naquele turista que se desloca de Espanha e que atravessa a Espanha toda em auto-estradas, sem quaisquer portagens, e chega aqui a uma estrada, porque não é auto-estrada, as auto-estradas têm outras características para além disto que eles querem chamar SCUTS, e têm que pagar. Ora esse contacto com a diminuição da qualidade da estrada e a obrigatoriedade de pagamento, cria uma sensibilidade nos turistas, que também é negativa a ajudar a promover a região. Com certeza que quando daqui forem vão apresentar isso a outros conterrâneos e isso vai levar com que muitos deles não se interessem por vir aqui. Depois, é a injustiça de pagar o que já se pagou! Vamos começar a pagar algo que já se pagou com dinheiros, alguns do Estado, muitos deles dos fundos europeus. Ainda a falar, da anarquia que nós já conhecemos nestes projectos das portagens no Norte do país, a anarquia dos pagamentos. A fuga dos utilizadores estrangeiros, que não há qualquer tipo de controlo, nem há possibilidade de lhes fazer cobrança, depois, mas, claro, aos residentes ficam as matrículas registadas e é-lhes debitado depois a utilização, eles são os utilizadores mais pontuais dessas vias. Defendo que este documento devia ser enviado a elementos do poder central, para que lhe desse a conhecer a força da razão e, embora as orelhas sejam moucas, sempre ouvi dizer que "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura"." -----

Luis Fernandes - "Boa noite a todos. Era só para, em primeiro lugar, me congratular com a posição do Sr. Presidente da Assembleia em relação às portagens na A22. E também para que fique lavrado em acta, todos nós concordamos, evidentemente, não



dá jeito as portagens na A22, mas convém referir que, foi uma das principais exigências do PSD para a aprovação do PEC. Portanto, este documento é um pouco antagónico aos dirigentes nacionais do PSD. É só para ficar lavrado que o Governo teve que assumir este compromisso." -----

Presidente da Assembleia - "Vou responder! Tenho todo o respeito pelas posições que o PSD e PS central tenham, por todos os membros que os compõem, mas eu costume pensar pela minha cabeça. E se estou num partido político, tenho a minha liberdade individual e aqui, enquanto membro deste órgão não há aqui ninguém a impor-me disciplinas partidárias. Portanto, eles decidem como querem e eu aqui decido como eu quero, consoante a minha consciência. E quando se entra no campo dos princípios e quando eu estou convicto que lá em cima é que estão mal, pode ter a certeza que os defenderei com todo o vigor. Porque aquilo que eu digo aqui, não tem a ver se é um PS ou se é um PSD ou um PEC, não quero saber disso para nada, eu quero saber é com a saúde do estado democrático. E quando isso é posto em causa, estando quem lá esteja em cima, no caso é o PS, eu entendo que nós devemos ser vigorosos, como já alguém aqui utilizou a expressão, na defesa dos princípios. Porque quando se põe em causa os princípios, começa-se por violar um e a seguir é mais fácil de violar o que vem a seguir e por aí fora e, depois, andamos muito perto daquilo que é chamada "ditadura". Porque depois pouco distingue o estado de direito democrático de uma ditadura, além de haver aquela história das eleições. Mas o estado de direito democrático, para evitar abusos do poder, precisamente, se consubstanciou como estado de direito, ou seja, todos estão sujeitos à Lei, à Lei que existe no momento, sejam eles governantes ou governados. O que se assiste hoje, e não é só com o PS lá no governo, é um movimento que já não vem de agora, e o que se assiste hoje é que se vai bicando os princípios e nós cidadãos, cada vez temos menos respeitabilidade para com o governo central e isso é profundamente incorrecto. Sou contra isso, onde quer que esteja e digo sem medo nenhum, disciplinas partidárias, quando violam princípios, quem quiser fique com elas. Aqui nesta Assembleia e os membros desta Assembleia, se quiserem estar vinculados às disciplinas partidárias lá de cima, pois estejam. Eu estou vinculado à minha consciência! Penso que o PSD de Albufeira, pelo menos daquilo que eu conheço, também está vinculado à sua consciência, e daquilo que eu sei, todos nós estamos de acordo com o que ali está escrito e penso que é difícil estar em desacordo; até os lá de cima." -----

Carlos Santos - "Boa noite Senhor Presidente, digníssima Assembleia, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. Não é mensurável a dor e o vazio que a perda de um filho provoca num pai. No entanto, foi algo reconfortante o momento de silêncio em memória do meu filho na última Assembleia. A todos o meu sincero e sentido, obrigado. Posto isto, começaria por deixar aqui um louvor à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Albufeira, por duas iniciativas: A primeira foi a criação da Cantina Social, que não resolve o problema na totalidade, mas ajuda sem dúvida, a minorar as dificuldades que muitas famílias do concelho têm; A outra, é o concurso do doce típico de Albufeira, que ao que sei, já gerou um grande entusiasmo e irá ter, com certeza, muitos concorrentes. Por último, gostava aqui de deixar uma



reflexão. Todos nós acompanhamos, com muita preocupação, as notícias sobre o aumento do desemprego principalmente no Algarve e, em particular, em Albufeira. Questiono muitas vezes, que investimentos de monta foram feitos nos últimos anos na região do Algarve? Não me recordo de nenhum, excepto o Estádio do Algarve para o "Euro 2004". Para pouco mais serviu do que três ou quatro jogos do Euro e três finais da Taça da Liga. Questiono-me, também, o que é que nós, Algarvios, podemos e devemos fazer para melhorar e aumentar a economia do Algarve? Porque penso que temos de ser nós, Algarvios, a promover a região nas mais diversas vertentes. Uma delas é consumirmos os produtos que aqui são produzidos. As nossas laranjas são umas das melhores e é fácil encontrarmos nas bermas das estradas, pequenos produtores a vendê-las. À mesa do restaurante raramente nos servem água de Monchique. Se calhar, muitos desconhecem que essa água existe. Passemos, pois, a pedi-la! Em Olhão temos a única fábrica de conservas do Algarve, a Conserveira do Sul. Pastas de sardinha, de atum, têm o nome "Maná", se calhar alguns já viram. Passemos também a exigir nos "couverts". Existem vinhos na região do Algarve. Quatro regiões de origem demarcada, Lagos, Portimão, Lagoa e Tavira. São cerca de oitenta e sete marcas de vinhos tintos, brancos e rosés. Oitenta e sete marcas! Repito. Um até tem o nome de "Foral de Albufeira". No nosso concelho temos um senhor produtor conhecido mundialmente, Sir Cliff Richard. Os vinhos produzidos na região ganham todos os anos medalhas em provas, o que atesta a sua boa qualidade. O Sr. Presidente da Assembleia, ele próprio, e passo a publicidade, é um pequeno produtor e pode confirmar o que digo. Eis apenas alguns exemplos, existirão mais, com certeza, para confirmar o que digo. Não tenhamos complexos de ser bairristas e consumirmos o que no Algarve e em Portugal se produz. Não vejo problema nenhum nisso! Gostava de aqui deixar esta ideia e este apelo, para que se consuma mais produtos cá produzimos, certamente aumentaremos também os postos de trabalho. Em relação à proposta gostaria de deixar dois pontos também: o primeiro, é que sem dúvida é uma injustiça para nós algarvios, a partir de Abril, ao que dizem, termos que pagar uma taxa, seja ela qual for, sejam cêntimos ou euros, para nos deslocarmos daqui a Faro ou daqui a Portimão. Como é referido nesse documento e muito bem, foi feito com dinheiros do Orçamento de Estado na altura da CEE e vinte anos depois, assistimos a uma lavagem de uma Via do Infante, que não é auto-estrada, transformada em A22. Louvo esse documento, também, pela parte do Sr. Presidente da Assembleia e espero que tenha, naqueles ouvidos, naquelas cabeças moucas que nos representam na Assembleia, algum efeito. Por último gostaria aqui de deixar uma palavra em relação à proposta por parte do Carlos Lima para o povo da Líbia. Sem dúvida, nenhum de nós gosta de ver o nosso semelhante ser morto, ser aniquilado, como se está a fazer naquele país. O que acontece, também, é que, quando o 11 de Setembro aconteceu em Nova Iorque, quando em Espanha o 11 de Março aconteceu em La Tocha, quando o Jumbo 747 com quase quatrocentas pessoas a bordo explode em pleno mar no Norte da Escócia e que um dos autores desse atentado esteve largos anos preso em Inglaterra e é recambiado para a Líbia, esse mesmo povo não veio de forma alguma condenar esses atentados e recebeu



esse senhor como herói nacional. Portanto, é a razão da minha abstenção para esse documento." -----

Miguel Mesquita - "Boa noite. Sobre a questão da proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia, também quero manifestar aqui a minha opinião. Corroboro e assino por baixo! Acho que neste momento o que está em causa, para além de uma questão de localidade, que é evidente, é também, a injustiça que irá ser praticada. Nós vivemos do turismo e esta indústria ficará prejudicada com a implementação das portagens. É uma questão de consciência, não me identifico com nenhuma das posições tomadas na Assembleia da República. Digo ao meu colega que não sou "seguidista", sou "bairrista". Estou aqui para defender, em primeiro lugar, a minha terra, gosto da minha terra e preocupo-me com os da minha terra e da minha região. Isto é partilhado por todos os algarvios, dos diferentes partidos, é uma questão suprapartidária e devemos todos lutar contra as portagens. Tenho dito." -----

Francisco Oliveira - "Senhor Presidente, Senhores Deputados. Relativamente à proposta sobre as portagens, em termos globais, nada tenho a opor. E como residente no Algarve, a questão das portagens, é algo que nos afecta a todos. Porém, discordo do Sr. Presidente relativamente ao conteúdo e à forma como coloca a questão. Ou seja, sobre o objectivo final, não estou em desacordo, acho que as portagens não devem ser implementadas, porém, o conteúdo e daquilo que foi dado a ouvir do referido documento, leva a interpretações, embora o Sr. Presidente tenha referido ao contrário, político-partidárias. E nesse sentido, é que me parece não ser correcto e daí a minha abstenção relativamente ao documento. Tenho dito." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro - "É só para recordar que há meses a esta parte, sobre esta proposta, veio um documento para esta Assembleia Municipal, a dizer que a Assembleia da Freguesia de Paderne aprovou uma moção nesse sentido, das portagens. Somos contra as portagens, daí que, votarei a favor da proposta. Esse documento foi enviado para tudo o que é sítio, para os nossos governantes, a dar conhecimento dessa tomada de posição." -----

Carlos Lima - "Sobre essa proposta quero dizer, também, duas coisas: A primeira, reforçar o que disse o Luís, convém não esquecer que foi o PSD que obrigou o PS a incluir no programa as portagens na Via do Infante: e a segunda é, dizer que, apesar de não concordar com alguns dos considerandos da proposta, a mim o que interessa é o objectivo, logo vou votar a favor dessa proposta." -----

Paulo Freitas - "Boa noite a todos. Sr. Presidente gostaria de lhe dar os parabéns pelo modo claro como redigiu a sua proposta. Manifesta a sua opinião pessoal, da qual, creio que, a maioria desta Assembleia se revê nela. No meu ponto de vista pessoal ela é clara, manifesta o seu ponto de vista, manifesta uma posição de um governo autista que põe em crise os interesses da região do Algarve, manifesta um puro saque a esta região, em que não tem em consideração os interesses regionais, os interesses da única, da principal fonte de rendimento de quem cá vive. Ao contrário, mais uma vez, completamente autista, repito, faz ouvidos de mercador aos interesses do Algarve e podemos aceitar que alguns se queiram esconder sobre o escudo da questão partidária



e das conclusões da sua proposta, mas, meus caros, creio que, tal consideração não tolhe face aos interesses da região do Algarve, do que é a região de Albufeira, do principal prejuízo que iremos ter em atrair turistas da parte Norte do Algarve e da parte Nascente, nomeadamente de Espanha. A tudo isto, só me resta esperar, e era bom se assim acontecesse, uma manifestação de apoio ao voto de protesto contra as portagens da Via do Infante." -----

Presidente da Assembleia - "Vou fazer uma pequena defesa em relação àquilo que foi dito. Uma consideração que ouvi, que foi o PSD que obrigou o PS. Não sei! Não vi ninguém a agarrar o braço do PS para fazer lá o boneco. Não sei como é que se obrigam essas coisas. As pessoas têm as suas opiniões e cada um manifesta a sua. Em relação a isto ter conteúdo partidário, só por mencionar aqui o nome do Prof. Cavaco Silva, porque a ideia não era de questão partidária, mas sim no sentido puramente político. O que está aqui em causa é que hoje, é o PS que está a fazer isto; podia ser o PSD mas não é. O que está em causa hoje é dizer o dito, há uns anos, pelo não dito. O facto objectivo é o dito na altura foi pelo Prof. Cavaco Silva e o não dito agora, é por quem lá está. É aí que eu vejo que possa ser lido como uma questão partidária; tirando isso, não vejo. Não é que tenha mal algum, as questões partidárias, até são saudáveis, mas a ideia não foi essa. A ideia basilar que vai aqui neste meu raciocínio vai precisamente no que eu considero, desrespeito pelo Estado de Direito, pelo ataque aos princípios democráticos; já estive em outras alturas, também contra o mesmo tipo de actuações, estando lá outros poderes. Portanto, o princípio continua a ser o mesmo." -----

Francisco Oliveira - "Só para relembrar uma posição, não querendo passar outra vez à questão partidária, mas que foi levantada e foi dita por alguns dirigentes, que era "Ou pagavam todos, ou não pagava nenhum". Isto foi, de facto, uma das questões colocadas. Como disse ao Sr. Presidente, em termos do objectivo estou de acordo, e naturalmente como residente no Algarve entendo que é um prejuízo. Continuo a entender e é a minha opinião, que o conteúdo, efectivamente, não revela, ou pode actualmente ter uma interpretação diferente daquela que se pretendia fazer." -----

O Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: quatro (04) Sara Carvela, Francisco Oliveira, Luis Fernandes e Paulo Xufre. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----



A proposta é aprovada por maioria -----

De seguida, o Presidente da Assembleia passa a palavra aos Membros da Assembleia, para discussão da proposta do Membro Carlos Lima. -----

Adriano Ferrão - "Um breve comentário. É do conhecimento histórico que o mundo desde o séc. VIII tem tido uma iniciativa de criar uma etnia religiosa, de diferentes ditaduras e diferentes formas teocráticas de poder, que se arrastaram até aos dias de hoje, embora muitas vezes comandadas por forças coloniais europeias durante os séculos XVII, XVIII e XIX, mas no séc. XX esses mesmos poderes instalaram-se, cristianizaram e muitas vezes tomaram posse das zonas geoestratégicas e geopolíticas do poder ligado às energias e aos combustíveis fósseis, conseguiram catapultar esse poder para as exponenciais que nem eram pensados e que hoje ameaçam até a estabilidade do planeta com o poder que têm já, aproximando-se do poder nuclear, como todos sabem. Estes movimentos que hoje despoletaram a partir dos acontecimentos do Egipto, parecem ter sido o rastilho que levou a que toda a movimentação pró-democrática de uma nova geração árabe se instalasse o que eu saúdo vivamente e que lutam hoje, em situações dificílimas, contra os poderes militares que estes ditadores detêm e que gerem estas fortunas e esta mortandade naquela região e que eu penso que, todos nós, num espírito mais português, mais lusitano, que é um espírito bastante monístico, comungamos na luta contra todos aqueles que são arrogantes, que oprimem os mais fracos e oprimem as liberdades. Por isso o meu apoio é para todos aqueles que defendem a liberdade e faço aqui o meu pesar por aqueles que se sacrificaram e que tanto sofreram." -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia coloca a votação a proposta apresentada pelo Membro Carlos Lima. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA APRESENTADA PELO MEMBRO CARLOS LIMA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: sete (07) Nuno Lisboa, Paulo Freitas, Vítor Vieira, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Sara Carvela, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Paulo Xufre, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Ana Oliveira -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

Carlos Gabriel - "Vou voltar à nossa terra, a Albufeira. No seguimento da intervenção da D.^a Marina, relativamente ao problema dos ciganos na rodoviária. Como Membro do Conselho de Segurança, quero informar esta Assembleia que, levantei esse problema perante a GNR de Albufeira, como sendo um ponto nevrálgico de segurança de



Albufeira. Isto no seguimento de uma apresentação que foi feita pela GNR, na pessoa do seu Capitão, em que apresentou uma série de pontos perigosos de Albufeira e não focou os ciganos da Rodoviária. Eu disse-lhe: "O Senhor não deve conhecer o concelho de Albufeira, porque mesmo junto à vossa porta tem um dos principais pontos de criminalidade de Albufeira." A resposta foi que, os ciganos estavam lá com a autorização do dono do terreno. O Senhor Presidente desta Assembleia também faz parte deste Conselho de Segurança perguntou-lhes se eles tinham esse documento, em como o dono do terreno dava autorização para eles lá estarem, ao que o Senhor Capitão lhes respondeu que tinha ouvido dizer que existia essa autorização. Recordo-me de Assembleias anteriores, que foi feito um levantamento das famílias ali residentes e não podia aumentar o número de famílias naquele local até lhes arranjar um sítio para residirem. O que acontece, e eu sei, de mês para mês, aparece mais uma barraca. Eu encontrei um cabo eléctrico, meio enterrado, que vinha de um posto público de uma ruína. Ora bem, a Câmara não pode fazer nada, a GNR diz que, parece que há uma autorização, de boca, não há nada escrito. Eu pedia aqui, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, que fosse buscar esse levantamento das famílias ali existentes, essas aguentassem ali até lhes arranjam sítio onde ficar e os outros, juntamente com as forças de segurança, põ-las fora dali. Eu, por exemplo, já colaborei com o município para arranjar um espaço para os ciganos que estão a residir junto à rotunda. Já arranjei um terreno particular para colocar estes ciganos lá. Os particulares, também não são a Santa Casa da Misericórdia para todos os efeitos. As forças de segurança aqui estão, têm de ter consciência da realidade. Se não têm, o Sr. Presidente que manda os comunicados todos para o Sr. Ministro da Administração Interna, chame a sua atenção para o facto dos representantes das forças de segurança em Albufeira não servirem, não têm conhecimento da realidade que existe. Quando um chefe de destacamento de Albufeira me diz que ouviu dizer, consta que existe uma autorização para os ciganos estarem ali. Ele é um representante da autoridade, isto é grave! Espero que tenha ficado em acta. É tudo." -----

Carlos Lima - "Sobre este assunto gostava também de intervir para complementar algumas coisas que o Gabriel acabou de dizer. A primeira é que, se calhar, o Capitão tem razão, porque se os ciganos estão a ocupar algum terreno indevidamente, o dono já devia ter feito queixa. Se não há queixa, parte-se do princípio que estão lá porque os deixam estar. E quando dizes que a Câmara não tem nada a ver com isto, acho que também está errado. Há qualquer coisa na Lei que diz que os ciganos podem, e é normal porque é o modo de vida deles, girar pelas terras mas podem estar "x" dias em cada terra, não podem assentar arraiais. Não tem é havido coragem na Câmara para não permitir isso. Acabaste de falar no terreno da Santa Casa junto à Marina, eu quando estava na Câmara como Vereador foi feito um levantamento de todas as famílias ciganas que existiam em Albufeira, eram seis, foram retiradas, foi-lhes dado casa, estão na Habitação Social, por proposta minha quando estava na comissão de habitação, houve quem concordasse e quem não concordasse. A solução tem de passar por aí. Realojá-los e a partir daí, não deixar que eles assentem arraiais outra vez, mais



do que aquilo que é normal na forma de viver deles, que é estar três/quatro dias e têm de circular. Isso aconteceu durante quinze dias e deixou de acontecer outra vez. Não sei se estão recordados de um barracão que existia no mercado dos Calços, onde estavam os ciganos. Esse barracão foi retirado de lá, com as forças policiais e conseguiu-se fazer. O que é preciso é, resolver o problema dessas pessoas e depois não deixar voltar a acontecer e aí é que não tem havido coragem da Câmara para dizer "isto não é permitido". Aliás, o que fez o Capitão da GNR, assim tem feito a Câmara, não tem conhecimento de nada, eles estão ali e ninguém sabe. Mas eles estão ali em más condições, eles não devem estar ali, eles têm o direito de estar noutras condições, se quiserem, se se quiserem manter naquela situação, têm de circular, não podem estar parados no mesmo sítio e, aí, é que a Câmara tem de alertar a GNR para os fazer sair porque eles não podem permanecer ali, sob pena de se fazerem acampamentos e barracas ilegais e não se pode permitir que isso se faça. Concordo que se faça esse levantamento, foi feito em 2001, foi resolvido o problema. E no ano seguinte, assim que eles paravam mais do que permitido, falava-se com o Capitão Matias e ele fazia-os circular. Sabes o que aconteceu? É que Albufeira recebia-os bem e como tal os ciganos de Silves vieram todos para Albufeira. Portanto, há que ter coragem de dizer " não pode ser assim, vocês não podem fazer isso". Ou se integram e aí temos de ajudar na integração, os que não quiserem podem continuar a circular nos concelhos deste país, não podem é assentar arraiais como têm feito. A responsabilidade é da Câmara é da GNR e de todos nós que em vez de tentar arranjar soluções para o problema, olhamos para o lado, fingimos que não vemos e de repente, somos apanhados, surpreendidos, por grandes aglomerados de pessoas que não têm condições mínimas para viver, com crianças e, depois, é natural que apareçam focos de criminalidade nessas zonas. Há que prevenir para que isso não aconteça." -----

Carlos Santos - "Desculpe-me Carlos Lima, mas permita-me que discorde de parte das coisas que disse. E a primeira é, a razão dos indivíduos de etnia cigana terem vindo mais para Albufeira foi, das poucas ou a única Câmara do Algarve, no seu tempo, como muito bem disse, que lhes deu alojamento. E o que é que acontece? Vieram de Portimão, de Silves, de Tavira, porque em Albufeira estão "a dar casas". Como todos nós sabemos, uns vivem do Rendimento Social de Inserção, não têm documentos. Foram para ali pagar dois, três euros. Eu na altura estava à frente de uma Associação Humanitária, como ainda estou, e preocupámo-nos, a pedido da Câmara e da Junta da altura, em arranjar mobílias para algumas daquelas casas e acontece que eles se davam ao luxo de escolher e de negar determinadas coisas porque não era isso que lhes tinham prometido. A razão não passa por realojá-los, porque indivíduos de etnia cigana não estão habituados a viver em casas normais como nós. Há exceções, mas a maioria deles estão habituados a viver debaixo das alfarrobeiras com os animais à volta. E pegar nessas pessoas e colocá-las num apartamento, vejam o que aconteceu e serviu de chacota em Albufeira, os bombeiros terem que ir tirar um burro que estava no segundo andar. Toda a gente ouviu falar disto! Sem falar o que fizeram às casas de banho. Para que é que eles querem as casas de banho? Eles não tomam banho! É preciso cuidado



quando se fala no realojamento da etnia cigana. Uns, sim senhor! Há ciganos que vivem há mais de quarenta anos em Albufeira, mas não se misturam a esses senhores que andam a roubar cabos de electricidade por tudo o que é parte dos concelhos de Albufeira e Silves. É fácil verificar ali os cheiros que vêm do plástico queimado. Fazem negócio de droga, pistolas e outras coisas, durante o Verão. Eles estão identificados, toda a gente sabe quem são. Ao criarmos mais condições de alojamento, vamos ter mais cá. Não tenho dúvida! E, atenção, os ciganos que estão na Marina, esses sim, estão lá com o conhecimento da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, não estão lá indevidamente. Neste terreno, ao que sabemos e ao que eu sei, não há autorização nenhuma. Foi temporária, mas não sei de quem foi a culpa, se da Câmara, se da GNR. Seguramente não os podem realojar. Seja quem for, com responsabilidade ou autoridade na Câmara, vir para uma Comissão de Segurança dizer que, ouviu dizer, isso é que é inaceitável, e aí concordo com o Carlos Gabriel. Obrigado." -----

Carlos Gabriel - "A Câmara tinha referenciadas as famílias que viviam ali, a GNR ia lá e controlava. Chamando as coisas pelos nomes, a GNR ao recolocar as suas chefias, deixou de ter conhecimento de quem lá vivia e automaticamente começaram a nascer mais casas em volta das existentes. Antes estava confinado ao monte, à casa antiga que existe, agora está expandido pelas árvores todas ali à volta. E digo-vos mais, a GNR não entra lá dentro, a GNR tem medo. Havia alguns GNR que estavam neste posto que iam lá, hoje não vão e eles, automaticamente, vão aumentando e ninguém lá vai. Os funcionários da Câmara não vão para lá, iriam com o apoio de uma força militar, mas, como é lógico, a força militar também não vai, eles até nem têm conhecimento que aquilo existe, foi dito na Comissão de Segurança. Isto não é a Líbia, isto é Albufeira! Este é o problema grave de Albufeira que tem de ser resolvido aqui." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Helder Sousa - "Eu só queria rectificar aqui algumas coisas e reavivar a memória do Carlos Lima em relação a essa Comissão de Habitação que eu, por acaso, também fiz parte e por algum motivo, o Carlos Lima, na altura fez parte, já não era Vereador. Tinha sido convidado pela razão de que, esse processo, com o nome de "O sinal", quando surgiu, o Carlos Lima era Vereador e estavam referenciados em Albufeira, trinta e tal e nós resolvemos de seis. O Sr. Lima teve conhecimento e foi conivente com essas coisas do qual nós pudéssemos decidir entregar aquelas casas só aos ciganos, na altura tínhamos resolvido o problema quase todo, mas a deliberação foi, não entregar a todos, só a seis. Lembra-se?! Não estavam seis referenciados quando o senhor foi vereador. Cuidado, eram trinta e tal. Se o senhor tiver dúvidas, vamos buscar os documentos para confirmar. Nas Câmaras anteriores, quando foi entregue habitação social, ficaram instaladas também muitas famílias ciganas e que foram de referência para outros. Conforme já foi dito aqui, correu a notícia de que Albufeira estava a dar casa a ciganos, o que fez com que acontecesse este aglomerado de ciganos. Demos demasiadas benesses aos ciganos. Não foi só esta Câmara, as outras também. O senhor Carlos Lima é desse tempo e deve-se lembrar perfeitamente do que aconteceu. Tem uma memória bastante viva daquilo que fez, mas não se esqueça também do que não fez." -----



Carlos Lima - "Eu só estava a confirmar a única solução que há, e vou de encontro ao Carlos Santos. Aqueles que querem e eu frisei bem, aqueles que querem, têm de ser apoiados para se integrarem, os que não querem compete à GNR e à Câmara não os deixar assentar arraiais. Eu disse isto com toda clareza. Agora, nunca foi feito isso! E misturam o tentar, foi dito aqui que há famílias ciganas que vivem normalmente, por esse país fora. Eu não tenho complexos nenhuns contra os ciganos, tenho complexos quando toda a gente se porta mal, seja ou não seja cigano. O que não consigo perceber é como a GNR a mim pede-me a carta de condução e ao cigano não pede. Sabe que andam de carrinhas, sem carta, e não lhes pedem. O problema parte daí. Agora, dizer que não se deve integrar, aqueles que realmente querem ser integrados e que os filhos vão à escola, é um erro!" -----

Vitor Vieira - "Os que querem e os que respeitam a Lei. O problema disto, e é também um alerta às instituições deste concelho, existem pessoas de etnia cigana que não respeitam as leis, inclusive, abusam da situação em que estão, não se querem integrar, mas vivem do dinheiro que nós pagamos. É alertar a fiscalização do município para essas coisas que também existem. É preciso ter atenção a essas coisas também." -----

Vereadora Marlene Silva - "Só quero fazer a referência que, quando entrei para a Câmara como vereadora da acção social, existiam dezassete famílias sinalizadas. Dessas dezassete famílias, nove estavam na Orada e oito estavam aqui na pousada da rodoviária. Essas famílias estavam todas juntas, conforme eu soube antes de entrar para aqui, mas por desacatos entre famílias foram separadas. A Santa Casa deu autorização e então nove foram para baixo e oito ficaram aqui. Destas oito, já tinha sido informada a GNR que essas poderiam, não deixando pernoitar mais ninguém que viesse de fora, se manter ali respeitando as regras da autarquia. Essas famílias respeitaram! Quando começou a chegar gente de fora, a GNR foi convidada a ir até ao bairro e convidar esses ciganos que vinham de fora a sair. A GNR não fez, os ciganos estão a aumentar e a Câmara poderá ter alguma responsabilidade sim, naqueles que estão referenciados em Albufeira e que nós sabemos que estão lá, que apesar de viverem em barracas são pessoas minimamente sociáveis e que não provocam desacatos. As outras todas que estão lá e que não pertencem ao concelho de Albufeira, são as do tráfico, são as que têm trazido uma imagem muito negra para Albufeira e compete, unicamente, à GNR tirá-los daqui. Eu tive conhecimento que foi dito que esses ciganos estavam lá com conhecimento da filha do dono do terreno, que por acaso era vereadora da Câmara, que por acaso foi no Conselho Municipal de Segurança, e eu quero informar toda a gente que, os ciganos estão lá, não com o conhecimento da vereadora, não com a autorização da vereadora, nem da filha do dono do terreno, mas sim, com a autorização e com o pedido expresso que sejam retirados os ciganos que não estão autorizados pela autarquia. Isso não foi feito pela GNR até aos dias de hoje." -----

Vice-Presidente da Câmara - "O problema dos ciganos tem sido discutido e falado em diversas reuniões de vários órgãos, Conselho Municipal de Segurança, Assembleia Municipal, Câmara Municipal. Todos sabemos a impunidade com que eles vão fazendo ou



não fazendo aquilo que seriam obrigados a fazer e nós somos obrigados a fazer. Há uma coisa que é certa, é que nós Câmara também temos que assumir e como a Marlene disse, alguma dose de responsabilidade nesse campo, mas é um facto, a GNR tem a sua dose de responsabilidade. O que eu penso é que, a Câmara Municipal e a GNR têm que em conjunto e em consonância e em parceria, parceria misturada digamos assim, de agir em consonância com isso, porque se o problema se vai apenas discutindo aqui, de reunião para reunião, ou de mês para mês, nunca mais o problema se resolve e os ciganos cada vez serão mais. Já ouvi aqui vários números mas não sei exactamente quantos são. Todos sabemos que são pessoas com personalidades extremamente difíceis. Faço lembrar outras zonas do país, em Avis havia um grande acampamento cigano, eram quase casas, durante variadíssimos anos e há um ano e tal passei lá e vi que desapareceu tudo. Não sei se a Câmara de Avis realmente resolveu o problema com a deslocalização deles para casas ou não. Eles para entrarem numa casa, não podem chegar ao ponto de quererem levar o burro ou de fazer plantação na banheira onde não tomam banho, como ouvi dizer. De qualquer das maneiras, eles têm de ser socializados e ser socializados para além de uns que já o são, e aí com certeza que a Câmara terá uma responsabilidade, a GNR terá outra, se calhar as instituições de solidariedade social também terão alguma, na sua cota parte. Penso que é um problema que todos temos de encarar porque se não é um problema que andaremos a falar eternamente em discursos redondos e que cada um tem a sua opinião. Não sei se se lembram, a Aldeia da Luz no Alqueva foi deslocalizada e o sociólogo Moita Flores é que fez a socialização daqueles pessoas e aquelas pessoas não eram ciganos, eram pessoas normalíssimas e, no entanto, foi preciso haver uma reeducação, porque as pessoas estão habituadas a determinados princípios e formas de vida que é difícil alterar. Já percebemos todos aquilo que se passa, que é um problema que temos de resolver, em conjunto, porque andarmos a culpar a GNR, a GNR a culpar-nos a nós, é um jogo de pingue-pongue que não leva a lado nenhum." -----

Vitor Vieira - "É um problema que tem de ser resolvido com urgência porque todos os dias aparece mais gente. E é um foco de problemas para toda a vizinhança." -----

Ana Simões - "Eu infelizmente tenho a experiência de há quinze anos os aturar diariamente. Desde ligarem os cabos aos postes de electricidade. Ao fazerem a ligação ao poste de iluminação pública, se houver um curto-circuito, queima tudo o que está nas casas que estão ligadas àquele poste. Já houve alguns casos e os vizinhos não acham graça nenhuma. A EDP diz que não é responsável, pois claro! Os ciganos também não são. É a destruição continua. Eu costumo dizer que gosto muito de passar por cima para ver o que se passa lá em baixo. Este ano e ainda estamos no mês de Fevereiro, há já mais duas barracas que "nasceram". E no nosso caso, da Orada, temos outro problema gravíssimo que é, cavalos por todo o lado. Há cavalos a morrer nos campos porque não têm nem água nem comida e há cavalos no meio da estrada." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia ao Período da Ordem do Dia. -----



ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 18/11/2010; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: três (03) Francisco Oliveira, Helena Simões e Paulo Xufre. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do projecto de alteração e aditamento ao Regulamento de cemitérios municipais de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.

Carlos Santos - "Actualmente o cemitério de Albufeira está aberto até às dezoito horas, quer de Verão quer de Inverno. Em nada se justifica, na minha opinião, no Inverno encerrar às dezoito horas, porque naqueles dias de Novembro e Dezembro, às quinze, dezasseis horas é praticamente de noite. Entretanto, eu propunha uma alteração que seria, das nove às dezoito nos meses de Abril a Outubro, mais de acordo com a hora solar, e das nove às dezassete de Novembro a Março (doc.3)." -----



Proposta

Proposta que o horário de funcionamento do cemitério de Albufeira seja o seguinte:

Artigo 6º

1. Das 09,00h - 18,00h nos meses de Abril a Outubro
das 09,00h - 17,00h entre Novembro - Março
e 10,00h às 12,00h.

Visto por lei, por

Carlos Santos

Alexandre

Yolanda

Aracelis

Aracelis

Aracelis

Francisco

Francisco

Francisco

Francisco

Francisco

Francisco

Francisco

Francisco

Francisco Oliveira - "Não tenho nada a opor, acho que é uma proposta razoável, o único alerta que faria é se, este horário não irá levar ao problema de horas extraordinárias por parte dos funcionários do cemitério para o manter aberto no que diz respeito após as dezoito horas."



Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca as propostas a votação por alternativa. -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA APRESENTADA PELA C.M.A. - Zero (00) votos favoráveis -----

PROPOSTA APRESENTADA PELA C.M.A. com PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MEMBRO CARLOS SANTOS - Vinte e cinco (25) votos favoráveis (Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Sara Carvela, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Paulo Xufre, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne). -----

É aprovada a proposta da C.M.A com PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MEMBRO CARLOS SANTOS -----

PONTO QUARTO

Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ durante o ano de 2010, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. Os Membros, Nuno Lisboa, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos e Ana Simões, ausentam-se da sala por fazerem parte da CPCJ. -----

Presidente da Assembleia - "Proponho que se delibere tomar conhecimento do relatório." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a sua proposta a votação. -----

Votação: PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-TOMADA DE CONHECIMENTO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Sara Carvela, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Paulo Xufre, Miguel Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: seis (06) Nuno Lisboa, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos e Ana Simões -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----



PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da reversão, para o município de Albufeira, de parte do direito de superfície constituído a favor do "Imortal Desportivo Clube" respeitante ao prédio sito nos Caligos, freguesia e concelho de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5ª/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. Os Membros Paulo Freitas e Miguel Mesquita, ausentam-se da sala por fazerem parte dos corpos sociais do Imortal Desportivo Clube. O Membro Paulo Xufre também se ausenta da sala, por questões de ordem pessoal. -----

Presidente da Assembleia - "A proposta tem a ver com uma área de quatro mil metros para a reversão a favor do município. Reversão, esta que, será gratuita." -----

Francisco Oliveira - "Sr. Presidente, este ponto apesar de estar autonomizado na ordem de trabalhos faz parte do ponto seguinte, é referente à situação relativa ao Imortal, ou seja, à solução encontrada para a resolução do problema do Imortal. E nesse sentido, nada contra à reversão para o município, ainda mais a título gratuito, entendo no entanto é que, tendo em consideração que uma não se pode fazer sem a outra, por via da proposta que encontraram, nesse sentido a minha posição será da abstenção relativamente a este ponto." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Sara Carvela, Francisco Oliveira, Luis Fernandes e Carlos Lima. -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: três (03) Paulo Freitas, Paulo Xufre Miguel e Miguel Mesquita -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da aquisição pelo município de Albufeira, do Pavilhão Desportivo do "Imortal Desportivo Clube", situado na Rua do Ténis, Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5ª/2002 de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - "A proposta vem consubstanciada no valor de quinhentos e cinquenta mil euros. Está repartida, a calendarização começa em 2011 e termina em



2013 e em que se vai adquirir aquele pavilhão desportivo na Rua do Ténis em Albufeira. Eu sobre isto tenho aqui uma proposta deliberativa que passarei a ler (doc.4)." -----

Proporho que a Assembleia Municipal delibere:

- 1 autorizar a aquisição pelo Município do Pavilhão Desportivo sito na Rua do Ténis, Albufeira, pelo preço de Euros 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil euros), ao IMORTAL DESPORTIVO CLUBE;
- 2 a aquisição que deverá ser feita, livre de quaisquer onus ou encargos e
- 3 com o primeiro pagamento, deverá ser feita a escritura de compra e venda.
- 4 Para efeitos dos números 2 e 3 supra, se for necessário, poderá antecipar-se com a escritura, o valor suficiente para pagamento da dívida ao Estado, mantendo-se o resto da calendarização de pagamentos da proposta.

Albufeira, 22-II-2011

Presidente da Assembleia Municipal

Carlos Lima - "Sobre esta proposta queria dizer algumas coisas e a primeira é que, neste tempo de crise, a Câmara vai, até Outubro, ter que arranjar duzentos e trinta



mil euros para pagar ao Imortal. Abstraindo dessa situação e o que se está a tratar é salvar o Imortal, acho que podemos esquecer a parte da crise e os problemas que a Câmara tem em pagar a outras associações e clubes, do problema que todos sabemos que está a ser vivido pela Câmara, mas vão arranjar esses duzentos e trinta mil euros. Não concordo que, realmente, se tenha de arranjar uma solução para o Imortal. Não concordei com aquela que veio aqui há dois ou três meses, porque achei que era extremamente lesiva para os interesses do município e com a mesma frontalidade como alguém costuma dizer, acho que é extremamente lesiva para o Imortal. Isto porquê? Penso que aquele pavilhão não vale só os quinhentos e cinquenta mil euros, acho que vale mais, não sei quem fez aquela avaliação. E acho que, se o que realmente se pretende é resolver o problema do Imortal, não pode haver aqui, não digo negociação de má-fé porque penso que não é, mas não pode haver aproveitamento da situação que o Imortal atravessa, fruto de diversos erros de diversas gestões que não interessa agora salientar, mas levaram ao que actualmente existe. Se há o interesse da autarquia, penso que desta Assembleia e de todos aqueles que gostam de desporto em Albufeira, resolver o problema do Imortal, se era exagerado por um lado, da maneira como foi aqui discutido em Outubro, penso que agora também, se a Câmara está disponível a ajudar, que ajude sem lesar os interesses do Imortal. Penso que estão a ser lesados. Acho que até a avaliação daquele pavilhão nas finanças é muito superior a esta avaliação. Não é normal! A Câmara deve avançar, devemos aprovar isso, mas agora gostava de fazer algumas perguntas acerca da utilização que a Câmara pretende dar àquele espaço depois de o adquirir. Claro que não vou perguntar aqui onde é que o Imortal vai colocar todos aqueles miúdos que lá estão a treinar, que era o argumento que utilizaram há três meses para manterem o pavilhão. Penso que essa solução tem de ser encontrada, não sei para onde vão aqueles miúdos a ser verdade que lá esteja e a continuar a haver muitos miúdos, terá que ser garantido que isso continue a acontecer. Gostava de ser esclarecido antes de poder votar." -----

Presidente da Assembleia - "É para responder às suas questões e discordar das suas motivações. Não quer dizer que não se possa ter essa motivação. Eu vou por outro caminho. O Senhor fala em salvar o Imortal, solucionar o problema do Imortal, e eu sei que a interpretação pode ser essa. A minha visão é outra! É salvar um património, que eu entendo, que é património municipal. Aquele pavilhão foi construído com o esforço dos albufeirenses. Aquilo tem uma história. Está ligado a essa história aquele edifício, mau ou bom, mais valioso, menos valioso. É sempre discutível, mas eu tenho de me cingir, como não técnico, ao valor que me é dado e que é ligeiramente inferior o valor que é proposto pelo município, para aquisição. O valor que me é dado da avaliação é quinhentos e setenta e cinco mil euros, estamos a falar de uma diferença de vinte e cinco mil euros. E portanto, o que está aqui em causa, na minha perspectiva, não é o Imortal, mas salvar um património que é de todos nós, que se deixarmos ir embora, Albufeira não voltará a ter a oportunidade de ter um pavilhão naquele local, no Poente de Albufeira, um pavilhão para os miúdos poderem praticar desporto e, noto que, até está mesmo em frente a uma escola e há outra um pouco mais a cima. Para mim essa



questão é claríssima! Não se trata de salvar o Imortal, que seja bem claro. Trata-se, para mim, de salvar património que deve ser deste município. E eu não me veria com bons olhos, a mim próprio, se daqui a uns anos passasse por lá, e em vez de ter lá um pavilhão susceptível de ser usado pelos nossos jovens, estivesse lá mais um bloco de apartamentos, de algum pato bravo, que pudesse ter feito ali um bom negócio. Eu estou absolutamente convicto, de que estou a agir bem e no interesse público ao ir por este caminho, de salvar aquele património. Depois, diz-me, que é lesivo para o Imortal. Eu não concordo com isso! Não concordo porque, lesivo para o Imortal seria o Imortal ficar privado daquele património. Seria aquele património ser adquirido por um particular em hasta pública. E portanto, ao ser adquirido pelo município, pois o Imortal faz parte deste município, é um clube deste município, há mais clubes neste município, e portanto a todos eles ficará aberto o uso do pavilhão. Isto já responde à pergunta seguinte, que é para onde vão os miúdos do Imortal. Eu não defendo a aquisição de património para termos muitos patrimónios. O património é para ser utilizado e em primeira mão, estão lá já os miúdos do Imortal, que seguramente vão poder continuar a utilizar aquele pavilhão. E não só, estará aberto aquele pavilhão, também à escola e às outras associações. É fácil de criar, um mapa de gestão do uso. As minhas razões, claras, são estas! Devo dizer que, altero ligeiramente a proposta do município, no sentido de que é exigível, que com o primeiro pagamento, tenhamos imediatamente a escritura. Ou seja, com o primeiro pagamento não há o risco de a seguir aparecerem mais dívidas ou mais penhoras. Não vamos fazer um contrato-promessa em que se faz a escritura no fim. Aqui faz-se a escritura no princípio, com a obrigação de pagar o preço em determinadas tranches. E, se for necessário que esse preço, porque não pode variar, porque no momento da escritura, provavelmente, não tenho a certeza, ir a Tribunal de Contas, o valor ser ligeiramente superior ao que temos contemplado na primeira prestação, são os tais cem mil euros, mas também não tenho a certeza se os trinta mil serão suficientes ou insuficientes. Portanto, eu entendo que, primeiro que tudo, há que defender o interesse público e defender que aquele pavilhão, a partir do momento em que o município desembolse uma quantia significativa, deve passar a pertencer imediatamente ao município, ficará contido na obrigação de pagar o resto do preço nas prestações que estão aqui mencionadas. Eu penso que isto foi objecto de algumas conversas entre o Imortal e o município, para chegarem a um entendimento em que ambas as partes pudessem estar de acordo quanto à forma de aquisição. Eu, quando isto me foi apresentado e que veio como proposta da Câmara, parece-me que é absolutamente transparente, parece que não prejudica ninguém, porque se quiséssemos ser sanguessugas também podíamos ir arriscar à compra do património através de uma licitação que pelo preço, não sei qual o que está nas finanças, para efeitos de penhora. Eu entendo que o município é uma "pessoa" de bem. Temos uma avaliação prevista de quinhentos e setenta e cinco, que ninguém pôs em causa, eu também não vou por em causa. Estamos aqui com uma proposta de quinhentos e cinquenta, é razoável, e portanto parece-me que é aceitável. Fique bem claro, e eu não tenho nada contra o Imortal, muito pelo contrário. Nós não podemos a visão de estar a safar o Imortal, de



forma alguma, enquanto município, temos de ter outra visão e é nessa que eu me revejo. Aliás, se fosse a visão de estarmos a safar o Imortal, teríamos já passado a anterior proposta e não fomos por aí. Vamos agora por uma outra via que me parece correcta na perspectiva de interesse público, que é, a aquisição de um valioso património. E nós temos necessidade de pavilhões, estamos a construí-los e aí concordo com o Lima numa coisa, se calhar nem com o dobro do dinheiro conseguiríamos fazer um pavilhão hoje, claro que com outras características porque aquele já está velho e muito usado, mas com a introdução de algumas obras, penso que não serão muito dispendiosas, poderá ser posto em bom funcionamento. E é oportunidade única! Ou o adquirimos, ou naquela zona Poente de Albufeira, nunca a nossa juventude voltará a ter direito a um pavilhão desportivo, porque será seguramente impossível. Não vejo lá terreno nenhum livre ou disponível para isso. É nessa perspectiva que eu faço esta proposta e que defendo esta proposta. Para além do mais, assim como fui frontalmente contra à anterior, esta defendo-a porque acredito nela, acredito que é o interesse público que está em causa, exclusivamente, e só isso me move, rigorosamente, mais nada. É essa a obrigação que eu tenho enquanto estou neste lugar." -----

Carlos Santos - "Em parte, o que eu ia dizer já foi dito pelo Sr. Presidente da Assembleia. Subscrevo na totalidade. Só para acrescentar que o relatório da avaliação é de seis de Março de dois mil e oito, deu entrada na Câmara esse valor, não sei se actualmente e com a crise do mercado, se esse valor até não está mais alto ou mais baixo do que deveria estar, mas isso não está em causa. Realmente, se a Câmara não adquirir aquele pavilhão e tal como disse o Sr. Presidente, não deve haver naquela zona possibilidade daqueles miúdos, quer os do Imortal, porque aqui também penso que se trata apenas de comparar e uma troca de papéis, de dono, não de actividade, não estou a ver a Câmara ir fechar o pavilhão e dizer "Não, vocês são do Imortal e não voltam mais aqui". Isso nunca poderá estar em causa! No futuro, o pavilhão continuará como municipal, a desempenhar um papel até maior e mais importante do que tem desempenhado até agora. Agora é só para as crianças do Imortal e no futuro será para os miúdos das escolas e, eventualmente, para outros clubes." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras Jorge Vicente - " Quando se fica para último, já foi tudo dito, foi bem apresentado, sucinto. Relativamente ao que foi exposto pelo Sr. Carlos Lima, quando foi dito que o município poderia estar a aproveitar-se desta situação, tendo em conta que a proposta da Câmara tem em anexo uma carta do Imortal Desportivo Clube que diz *"...tomamos a liberdade de propor a esse município a aquisição nos termos e condições constantes na proposta que infra se expõe, depois da mesma ter sido apreciada e sufragada, favoravelmente, em sede de Assembleia Geral de sócios que teve lugar no passado dia 07 do corrente mês e ano: Valor de venda do imóvel - quinhentos e cinquenta mil euros."* Acho que não é preciso dizer mais nada." -----

Francisco Oliveira - "Não coloco a questão relativamente aos valores, até porque aí terei que fazer alguma justiça a esta Câmara e a outros executivos, que sempre apoiaram o Imortal desde anos vindos. Para o Imortal, a Câmara tem sido bastante, no



sentido do apoio quer nas infraestruturas, quer na formação de jovens e portanto, não vejo por aí essa questão. Vejo mais a questão de não se abrir precedentes a outras associações, em situações semelhantes poderem também vir, no fundo, requerer que a Câmara Municipal possa intervir, no sentido de resolver determinado tipo de situações com a venda de património ou outro tipo de situações. E por outro lado, vejo também que, a situação referente ao montante em causa, que tem a ver com os pontos seguintes, vai ser feita à custa da diminuição em termos das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, que iremos discutir a seguir, na diminuição de rubricas que me parecem importantes e essenciais. É esta questão que leva, de facto, a haver aqui alguma dicotomia. Nada contra o Imortal, nada contra salvar o património, mas algumas reservas às consequências que esta situação poderá trazer no futuro." -----

Carlos Lima - "Queria só concluir. Eu também sou a favor de que se preserve o património, mas eu tenho algumas dúvidas em relação à validade daquele património e tendo em conta a finalidade que ele tem e tendo em conta, felizmente, a evolução que este concelho teve em relação a equipamentos desportivos. Quem anda no desporto sabe que aquele pavilhão serve para muito pouco. Serviu em tempos, teve a sua função, mas eu acho que não devemos ficar agarrados ao passado e querer que se mantenha ali o espaço, que eu estou convencido que deve estar a cair por todo o lado, as estruturas já não devem aguentar aquilo muito tempo. Já serviu, já deu! Portanto, utilizar o argumento, que é o património, que é histórico, eu acho que a história é feita mais de pessoas do que de bens e, aquele bem já foi, felizmente, substituído por muitos aqui em Albufeira e nós actualmente, se calhar, bem gerido, e está a ser certamente, temos já espaços desportivos para que, realmente, os clubes se foquem no que é essencial, que é a formação, temos felizmente já espaços tanto para o basquete, como para o futebol. Temos quatro campos relvados, temos seis, sete ou oito pavilhões e nós estamos a falar naquele pavilhão histórico quando é o único. A mobilidade das pessoas hoje, já não é o que era antigamente, eu lembro-me que para ir jogar futebol andava três quilómetros a pé. Hoje, felizmente, a mobilidade é muito mais fácil, as pessoas deslocam-se facilmente ao pavilhão municipal, ao pavilhão de uma escola qualquer. O próprio ciclo que é acima da escola que foi referida tem também um pavilhão. Portanto, dizer que se defende a aquisição daquele imóvel, porque é um património valioso a preservar, porque tem uma utilidade imprescindível que a população não pode prescindir daquilo, é muito forte. Histórico, aqui, se calhar é o Imortal. Se calhar, há que preservar a história de quem andou no Imortal, se bem que é capaz de ter havido gestões um bocado danosas, que as pessoas com responsabilidades não alertavam para as populações do que estava a acontecer e, se calhar, continua a acontecer na maior parte dos clubes porque não pegam no essencial que é a formação, que é para o que os clubes vivem e servem. Eu percebo que os miúdos vão crescendo, têm vinte anos não podem jogar nos juvenis, têm de jogar nos seniores, mas isso não pode ser um encargo nem para os clubes, muito menos para o município. Será um encargo para o município a promoção da educação física nos adultos, e terem espaço para eles irem jogando e terem a sua educação física. E isso, eu acho que está a ser minimamente garantido



neste concelho, felizmente, muito mais do que noutros concelhos. Eu não quero ver aparecer ali um prédio de algum "pato bravo", mas pode aparecer ali muito bem outro equipamento municipal que sirva muito melhor a população do que aquilo serve. Quem for lá ver em que condições hoje se treina lá, as condições que os miúdos têm para lá estar, de certeza que pretende mais para os nossos miúdos do que aquilo que lhes é oferecido ali. Há vinte anos, um espaço coberto, era uma maravilha, porque antigamente havia os ringues descobertos. Foi uma evolução muito grande que temos que valorizar o que os directores do Imortal fizeram, e por isso não podemos deixar o Imortal, tem que ser orientado no serviço à comunidade e à formação e, só por isso é que eu digo que, percebo que a Câmara esteja preocupada com a continuidade do Imortal. É por isso que, eu ressalvo, que percebo que se ajude o Imortal, como outro clube qualquer. Não é esbanjar dinheiro, porque aquele imóvel serve para outra coisa qualquer, de certeza. Não será para equipamento desportivo! Se a Câmara está disponível a ajudar, penso que estes não são os valores correctos e explico porquê. Nós tínhamos discutido aqui, há três, quatro meses, uma reversão de direito de superfície de perto de oitocentos mil euros, de onze mil metros. O Imortal agora vai fazer a reversão do direito de superfície de quatro mil metros gratuitamente. O pavilhão que está nas Finanças por oitocentos e tal mil euros. E é só nesse aspecto que eu digo, se queremos ajudar alguém não podemos valer por "*Fazem baixo, vou-me aproveitar*", isso é para o negócio normal. Parece que há aqui, não deliberadamente, se calhar a Câmara está com dificuldades, não tem muito dinheiro para ajudar e esta foi a solução encontrada. Tenho dito." -----

Presidente da Assembleia - "Como vejo que se insiste numa visão, que respeito, mas que nunca me levaria a tomar a deliberação que estou a tomar, porque quando se fala em salvar clubes que têm gestões danosas, como o Senhor diz e têm que ter salvos, eu sinceramente acho que..." -----

Carlos Lima - "Não foi o que eu disse!" -----

Presidente da Assembleia - "Mas foi o que eu ouvi. Eu entendi assim e, portanto, a minha motivação é completamente diferente da sua, seja qual for a sua forma de votar, porque eu não ponho aqui em causa estar a safar clubes que tenham gestões danosas, sejam eles quais foram. O dinheiro público não serve a isso! Quanto à proposta que aqui está, é absolutamente clara. Quanto ao aproveitamento, não vislumbro nenhum, aliás até devo dizer que a única coisa que esta proposta tem de mal, quanto a mim, é acontecer num momento em que o município até não tem muito dinheiro e portanto, até de alguma forma, gera inconvenientes financeiros ao município. Agora a questão que aqui está, é uma questão de interesse público, uma questão de sabermos se um património que é de Albufeira, que pertence actualmente ao Imortal Desportivo Clube, neste momento, ao que ouvi, sujeito a ser vendido em hasta pública, aqui o município tem uma obrigação de não deixar delapidar um património que é de Albufeira, que é dos albufeirenses e que pode ser cometido à prática desportiva, contrariamente, também, ao que foi dito, e ali poderem praticar desporto, não só os miúdos do Imortal, como quaisquer miúdos de outras associações e das escolas. É isso



que o município tem obrigação de fazer, introduzir lá as obras que forem necessárias que não sei quais são, presumo que algumas, do que conheço do pavilhão. Embora possa ser utilizado, está a ser utilizado, carece de algumas melhorias. A certeza porém que, esta aquisição é feita na perspectiva patrimonial, na persecução exclusiva do interesse público na aquisição deste património. Não há aqui, e eu garanto que não há aqui mesmo, nem na minha proposta, cada um pode votar com as intenções que quiser, mas na minha proposta é claríssimo, está em causa apenas a aquisição de um património que, na minha opinião, estou aqui há cerca de trinta anos, isto é anterior a eu cá ter vindo, pertence aos albufeirenses e vai continuar a pertencer aos albufeirenses, enquanto eu tiver aqui uma palavra a dizer. Enquanto eu poder lutar por ele, este património não sai da mão dos albufeirenses. Quem quiser ver outras intenções, é como o outro Senhor que tinha medos, tem toda a liberdade de ter os medos que quiser, eu nisto não tenho medos, a minha consciência é fundamental e daqui a dez anos não quero ver lá um bloco, quero ver lá miúdos a praticar desporto, numa zona central de Albufeira." -----
 Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a sua proposta, deliberativa, a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DELIBERATIVA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: quatro (04) Sara Carvela, Francisco Oliveira, Luis Fernandes e Carlos Lima. -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: três (03) Paulo Freitas, Paulo Xufre e Miguel Mesquita -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

O Presidente da Assembleia propõe que os dois pontos seguintes sejam discutidos em conjunto e votados separadamente. Ninguém se opôs. -----

PONTO SETIMO e PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para o ano 2011, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Francisco Oliveira - "Na continuação dos pontos anteriores e a questão que referi anteriormente, as alterações às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento, têm a ver, essencialmente, com a necessidade de arranjar fundos para a questão do Imortal. Não é contra esse problema, a questão fundamental, terá que se saber de onde é que esses fundos vão ser retirados para que possa, efectivamente, ser adquirido o pavilhão. E verificamos, pela análise, que são retirados da educação, na acção social e na habitação, essencialmente, e alguns investimentos em bens. E é nesse sentido que se entende que, face à situação em si e à situação económica, nos parece incorrecta esta forma de financiar a aquisição daquele pavilhão. Tenho dito." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os pontos à votação, em separado. -----

VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

Votos Contra: cinco (05) Sara Carvela, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, e Paulo Xufre. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: ORÇAMENTO -----

Votos Contra: cinco (05) Sara Carvela, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, e Paulo Xufre. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas nesta sessão da Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida

e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de Fevereiro de 2011 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____